

ADMINISTRAÇÃO:

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

2

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)

ADMINISTRAÇÃO:

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E
FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

2



CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Capa

Daphynny Pamplona

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^ª Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^ª Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
 Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
 Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof^ª Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^ª Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
 Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
 Prof^ª Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof^ª Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
 Prof^ª Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
 Prof^ª Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
 Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
 Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
 Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
 Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
 Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
 Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
 Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
 Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
 Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
 Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
 Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
 Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
 Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
 Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
 Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
 Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
 Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
 Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
 Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
 Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
 Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
 Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
 Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
 Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof. Me. Gustavo Krahel – Universidade do Oeste de Santa Catarina
 Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
 Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
 Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
 Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Prof^ª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
 Prof^ª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
 Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
 Prof^ª Dr^a Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
 Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
 Prof^ª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
 Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
 Prof^ª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
 Prof^ª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof^ª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof^ª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: perspectivas teóricas e fundamentos epistemológicos 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A238	Administração: perspectivas teóricas e fundamentos epistemológicos 2 / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-179-1 https://doi.org/10.22533/at.ed.791212806 1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título. CDD 658
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Perspectivas Teóricas e Fundamentos Epistemológicos” é uma obra publicada pela Atena Editora e está organizada em dois volumes. Este segundo volume reúne um conjunto de dezessete capítulos que abordam diversos assuntos que permeiam o campo da administração. Destaca-se que o debate científico é o caminho para que esta ciência possa se desenvolver e se consolidar cada vez mais no meio acadêmico, ampliando as possibilidades de investigação e contribuindo diretamente para a resolução de questões inerentes à prática gerencial.

Embora a administração seja considerada por muitos uma ciência ainda nova, seu campo de aplicação está em plena expansão, resultando em um vasto contingente de estudos sobre diversos fenômenos sociais, econômicos e organizacionais. Assim, este livro se propõe a ampliar o conhecimento científico na área da administração por meio de um leque de estudos, integrando teoria e prática em diversos contextos organizacionais. Compreende-se que, ao trazer diferentes perspectivas teóricas, este livro agrega à área da administração e conduz docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diversos temas que se desenvolvem nessa área.

Por fim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação no desenvolvimento de seus estudos, que possibilitaram a construção desta obra de excelência. Esperamos que esta leitura seja uma experiência valiosa para aqueles que buscam ampliar seus conhecimentos sobre a administração a partir de uma obra rica e diversificada.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELAÇÕES ENTRE VALORES PESSOAIS E POTENCIAL EMPREENDEDOR	
Deise Grazielle Dickel	
Luisa Sabedra Inda	
Gilnei Luiz de Moura	
Gustavo Griebler	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128061	
CAPÍTULO 2	17
ANÁLISE DE MOTIVAÇÕES EMPREENDEDORAS DE ESTUDANTES DE IES	
Felipe Belloni Urtado	
Matheus Lima Spinosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128062	
CAPÍTULO 3	30
EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO EM PEQUENAS E MICROEMPRESAS	
Selma Velozo Fontes	
Paula Mendes Gomes	
Caroliny Sales dos Santos Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128063	
CAPÍTULO 4	51
CARACTERIZAÇÃO DO ECOSSISTEMA UNIVERSITÁRIO EMPREENDEDOR DA UTFPR	
Claudia Marli Oliveira Barboza	
Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128064	
CAPÍTULO 5	65
FATORES DE SUCESSO E DE FRACASSO NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE STARTUPS NO BRASIL	
Priscilla Câmara Oliveira	
Virgínia do Socorro Motta Aguiar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128065	
CAPÍTULO 6	85
PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES DA CAFETERIA ESCOLA CAFESAL-UFLA: UMA ANÁLISE SENSORIAL DE DIFERENTES TIPOS DE TORRA DE CAFÉ ESPECIAL	
Nilmar Diogo dos Reis	
Gustavo Clemente Valadares	
Emanuelle Aparecida da Costa	
Luiz Gonzaga de Castro de Junior	
Jaqueline Severino da Costa	
André Luís Machado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128066	

CAPÍTULO 7..... 102

**QUALIDADE NO ATENDIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE FIDELIZAÇÃO AO CLIENTE:
ESTUDO DE CASO EM UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR**

Suélen Aparecida Martins

André Prado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128067>

CAPÍTULO 8..... 119

**AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS DE UM CENTRO
AUTOMOTIVO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Caroline Michel Hage Moussa

Virgínia do Socorro Motta Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128068>

CAPÍTULO 9..... 138

**COMPORTAMENTO DE CONSUMO DIANTE DA RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO ESTATÍSTICO ENTRE A GERAÇÃO
Y E Z**

Emerson de Souza Santos

Rafael de Almeida Martarello

Rita de Cássia Arruda Fajardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7912128069>

CAPÍTULO 10..... 151

**A MARCA E A BIOMIMÉTICA - UMA ANÁLISE POR MEIO DA SEMIÓTICA PEIRCIANA
DAS MARCAS DOS PARQUES ECOLÓGICOS DE MINAS GERAIS**

Giovani Abrantes Flisch

Nicássia Feliciano Novôa

Hélder Antônio da Silva

Cláudia Maria Miranda de Araújo Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280610>

CAPÍTULO 11..... 173

ESTUDO DE CASO “X STUDIO” – O PÓS COVID E A INDÚSTRIA DO ENTRETERIMENTO

Jéssica Maria Fonseca Calegário

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280611>

CAPÍTULO 12..... 185

**ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SETOR DE
CONSUMO CÍCLICO**

Fernando Cesar de Cunha Mattos

Bernard Mothé Mattos

Leandro Jose dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280612>

CAPÍTULO 13..... 205

ANÁLISE DO DISCLOSURE DE ATIVOS E DE PASSIVOS CONTINGENTES EM UMA

AMOSTRA DE EMPRESAS LISTADAS NA B3

Alessandro Maurício Januário Ribeiro

Robson Ramos Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280613>

CAPÍTULO 14.....221

RASTREABILIDADE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO DA MAÇÃ: COMPETIVIDADE E ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO

Andressa Morgan

César Augustus Winck

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280614>

CAPÍTULO 15.....243

A INTERCOOPERAÇÃO APLICADA AO MODELO DE AGÊNCIAS COMPARTILHADAS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Mateus Dias Pena

Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280615>

CAPÍTULO 16.....258

PLANO DE NEGÓCIO DA EMPRESA HEALTHY FOOD E LANÇAMENTO DE PRODUTO DA LINHA FAST FOOD SAUDÁVEL

Daniel Luiz Beluzzo

Natan Ehmke

Simone Arndt Terra

Cimara Bruna Bedende

Maicon Raasch de Oliveira

Juão Gilberto Coltro do Rosario

Luiz Fernando Martins Gandon

Luciana Maria Bernstein Pavan

Aloísio Kalinoski

Alaércio de Paris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280616>

CAPÍTULO 17.....272

OS DESAFIOS LOGÍSTICOS DE UMA DISTRIBUIDORA ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EM JUIZ DE FORA/MG

Adams de Oliveira Azevedo

Tatiana Dornelas de Oliveira Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79121280617>

SOBRE O ORGANIZADOR.....287

ÍNDICE REMISSIVO.....288

ANÁLISE DO DISCLOSURE DE ATIVOS E DE PASSIVOS CONTINGENTES EM UMA AMOSTRA DE EMPRESAS LISTADAS NA B3

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 07/03/2021

Alessandro Maurício Januário Ribeiro

Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/9123309358447967>

Robson Ramos Oliveira

Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/2552725232723245>

RESUMO: O artigo analisa o *compliance* e o nível de transparência na divulgação dos ativos contingentes e dos passivos contingentes nas notas explicativas das demonstrações financeiras das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3, em valor de mercado no trimestre encerrado em 31 de março de 2020, excluindo-se as do segmento financeiro. A análise foi realizada por meio do cotejamento dos parâmetros estabelecidos na literatura contábil, em especial no CPC 25, e do conteúdo nas notas explicativas dos ativos contingentes e dos passivos contingentes dessas empresas, utilizando-se a metodologia de pesquisa documental. A partir da pesquisa realizada, o resultado da investigação revelou que majoritariamente a divulgação dos ativos contingentes e dos passivos contingentes das companhias está aderente às normas contábeis vigentes no Brasil, obedecendo-se aos princípios do *full disclosure*, transparência e completude das informações disponibilizadas

aos *stakeholders* da entidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ativos Contingentes, Passivos Contingentes, Notas Explicativas, Compliance, Divulgação.

ANALYSIS OF DISCLOSURE OF CONTINGENT ASSETS AND CONTINGENT LIABILITIES IN A SAMPLE OF COMPANIES LISTED IN B3

ABSTRACT: This article analyzes the compliance and the level of transparency in the disclosure of contingent assets and contingent liabilities in the explanatory notes to the Financial Statements of the ten largest Brazilian companies listed in the stock exchange B3 by market value, excluding those in the financial segment, in the quarter ended in March 31, 2020. The analysis was performed by comparing the parameters established in the accounting literature, especially in CPC 25, and the content of contingent assets and contingent liabilities in the notes of these companies, using the documentary research methodology. Based on the study conducted in the explanatory notes, the result of the investigation showed that the disclosure of the contingent assets and contingent liabilities of the surveyed companies, in general, follow the Brazilian accounting standards, complying with the principles of full disclosure, transparency and completeness of information made available to the entity's stakeholders.

KEYWORDS: Contingent Assets, Contingent Liabilities, Notes, Compliance, Disclosure.

1 | INTRODUÇÃO

A divulgação das informações relativas às mutações patrimoniais nas demonstrações financeiras deve respeitar as normas contábeis, visando subsidiar os *stakeholders* das empresas, sejam eles internos ou externos, com informações úteis para a tomada de decisão quanto a essas entidades. Não obstante, as divulgações não devem se restringir ao que determina os preceitos contábeis, pois conhecimentos adicionais devem ser divulgados objetivando a transparência das demonstrações contábeis das instituições (PADOVEZE, 2016).

Os usuários externos, por não terem acesso contínuo às informações das organizações, dependem dos relatórios da administração e das demonstrações financeiras e contábeis para entenderem a posição econômica e financeira das empresas. Por conseguinte, a divulgação em notas explicativas dos ativos e dos passivos contingentes das companhias nos parâmetros estabelecidos pela norma contábil CPC 25, baseada nas Normas Internacionais de Contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS), permite aos usuários externos, em especial acionistas e investidores, embasarem melhor a tomada de decisão em relação aos investimentos nessas entidades.

Nesse sentido, a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes deve ser realizada de forma segregada, transparente, com um breve relato de cada situação, com a quantificação dos valores envolvidos, quando possível, em conformidade com os parâmetros das normas contábeis.

A diligência na obediência a esses parâmetros, estabelecida pela norma contábil CPC 25 e pela literatura publicada no meio acadêmico (LEMES; CARVALHO, 2010; PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2017), é necessária para que os usuários da informação contábil, principalmente os externos, tenham conhecimento sobre os ativos e os passivos contingentes que afetam ou podem afetar o resultado da entidade, aumentando ou diminuindo o seu patrimônio líquido.

Estudos anteriores já realizados no sentido de verificar proximidades ou distâncias das práticas com os parâmetros estabelecidos revelaram baixa aderência ao padrão normativo (COSTA; CORREIA; MACHADO; LUCENA, 2017; SCARPIN; MACOHON; DALLABONA, 2014; SILVA; CARRARO; SILVA, 2014; PINTO *et al.* 2014).

Nesse contexto, a pesquisa pretende responder a seguinte questão norteadora: a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes, em notas explicativas das dez maiores empresas do Brasil listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), está em conformidade com os parâmetros estabelecidos na norma contábil CPC 25 e na literatura contábil?

Logo, assume-se como objetivo principal o de analisar essa conformidade na divulgação dos ativos e dos passivos contingentes por meio de notas explicativas, partes integrantes das demonstrações financeiras das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado no mês de março de 2020, excluindo-se as do segmento

financeiro e tomando por base suas demonstrações contábeis em 31 de março de 2020, de acordo com os parâmetros estabelecidos na norma contábil CPC 25, utilizando-se a metodologia de pesquisa documental.

A importância do estudo, com o recorte aqui realizado, ganha força por se tratar de um tema relevante a ser cada vez mais debatido, após o advento da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, por meio da qual foram introduzidos novos procedimentos e práticas, aproximando a contabilidade brasileira dos padrões internacionais, especialmente em termos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos que constituem o patrimônio de qualquer organização.

O trabalho está organizado em cinco seções, composto pela introdução, que apresenta a questão e os objetivos da pesquisa, seguida do embasamento teórico, da metodologia utilizada, dos resultados alcançados de acordo com a metodologia desenhada e das considerações finais com sugestões para futuros estudos.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Na tentativa de levantar um referencial teórico acerca dos estudos já realizados sobre ativos e passivos contingentes, buscou-se tais expressões no Google Acadêmico, que deviam estar presentes no título dos artigos publicados.

Dessa busca, emergiram aproximadamente 120 estudos publicados em anais de eventos científicos, repertórios digitais de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses defendidas. Optou-se por revelar o corpus teórico publicado em 21 periódicos, com o total de 26 publicações.

Quase a totalidade dos estudos (periódicos) foi publicada a partir do ano de 2012. A prevalência se deu nos anos de 2015 e 2019 ($n = 5$), o que revela que a temática passou a ser pesquisada após o advento da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, cujo regramento tem por objetivo convergir os padrões contábeis brasileiros aos internacionais.

Os trabalhos foram publicados em 21 periódicos, sendo que os que mais publicaram foram: a Pensar Contábil ($n = 3$), um periódico do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro; a Revista de Contabilidade e Organizações ($n = 3$), da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto; e a Enfoque: Reflexão Contábil ($n = 2$), da Universidade Estadual de Maringá. Nos demais ocorreu apenas uma publicação.

No tocante aos conteúdos debatidos, prestigiaram: questões teóricas diversas, com abordagens qualitativas e quantitativas, em termos de método de estudo; estudos aferindo aderência ou não às normas nacionais e internacionais que regulam os ativos e passivos contingentes; e estudos relacionados às contingências judiciais, tributárias, ambientais e aplicadas no setor público.

Em relação a estudos teóricos com temáticas diversas: Eugénio (2012) já mencionava o grau de subjetividade para fim de reconhecimento de ativos e passivos ambientais.

Para a autora, o tema das provisões e dos passivos e ativos contingentes mereciam particular atenção no âmbito da contabilidade (Portugal), dada à “luta” dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, que enfrentavam incertezas e riscos por rodearem muitos dos acontecimentos e circunstâncias.

Jesus e Souza (2016) analisaram os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de empresas brasileiras auditadas pelas auditorias *big four*. O estudo contemplou uma amostra de 50 empresas brasileiras no ano de 2014, todas auditadas pelas *big four*. Os resultados demonstram que, caso as contingências passivas fossem reconhecidas, 60% das empresas diminuiriam seu lucro em mais de 100%, e 6% apresentariam a situação de passivo descoberto. Constatou-se que as empresas auditadas pela *PricewaterhouseCoopers* e *Deloitte ToucheTohmatsu* foram as que melhor atenderam as exigências estabelecidas pelo CPC-25 quanto à divulgação de passivos contingentes.

Pinto *et al.* (2014) investigaram se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação. Analisaram as demonstrações contábeis de 65 companhias abertas brasileiras listadas no Índice Ibovespa em 2010. Os resultados sugerem que as empresas com mais evidências pertencem ao setor de *softwares* e dados. Já as empresas com menos itens de evidenciação de provisões, ativos e passivos contingentes são as dos setores de Química, Transportes e Serviços e Construção. Eles verificaram que quanto maior o valor de mercado das empresas, menor é o nível de evidenciação de informações sobre provisão e passivo contingente.

Em relação aos estudos aferindo conformidade com as normas nacionais e internacionais, especialmente o CPC 25, relacionamos os principais a seguir.

Oliveira (2007) verificou se as empresas portuguesas cumpriram a norma IAS 37. Aplicou questionário às quinhentas maiores empresas portuguesas sobre como trataram, em 2000, os fatos que originaram provisões para riscos e encargos, passivos contingentes e ativos contingentes. O autor concluiu que a norma IAS 37 não era cumprida, uma vez que o fato de divulgar, quer provisões para riscos e encargos, quer passivos e ativos contingentes, não levaram em conta os critérios de reconhecimento da norma.

Suave *et al.* (2013) objetivaram identificar se as empresas mais negociadas da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) atendiam às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Os resultados indicaram que as empresas divulgam, principalmente, processos judiciais relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais. Verificaram, ainda, que os setores mais aderentes à norma foram petróleo e gás, telecomunicações, finanças e seguros, química e energia elétrica.

Silva, Carraro e Silva (2014) analisaram o cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes,

conforme estabelece a NBC TG 25, o CPC 25 e demais normas, de empresas do segmento de mineração, siderurgia e metalurgia listadas no nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa. Os resultados da pesquisa revelaram que as provisões refletem apenas uma pequena parte da totalidade dos passivos reconhecidos pelas empresas, enquanto que os passivos contingentes possuem maior representatividade. O estudo identificou que a utilização do CPC 25 reduziria a assimetria informacional fornecida pelas organizações, propiciando uma melhor compreensão da informação contábil pelos usuários.

Oliveira, Camelo, Daciê e Anzilago (2020) analisaram o *disclosure* das demonstrações financeiras das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., a partir do enfoque teórico e normativo do CPC 25 no período de 2013 a 2018. Os resultados do estudo apontam que as informações ainda são falhas em relação à aderência às orientações do CPC 25 (2009). Quanto às provisões, observaram uma frequência maior de divulgação de informações referentes a tributos, área cível, trabalhista e devolução de aeronaves.

No que concerne a contingências judiciais, Lima, Menezes Júnior e Rodrigues (2019) pesquisaram, a partir da interpretação normativa e da teoria do precedente, se os valores envolvidos nos processos judiciais, cujas matérias de direito foram julgadas sob a sistemática dos precedentes vinculantes, devem ser reconhecidos como ativos ou ativos contingentes, ou ainda como passivos, provisões ou passivos contingentes. Investigaram a forma que as empresas do segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa realizam o *disclosure* desses valores. Eles concluíram que ainda é incipiente a preocupação com o impacto dos precedentes vinculantes nas demonstrações contábeis.

Abordando-se contingências tributárias, Balduino e Borba (2015) levantaram os passivos contingentes de 102 empresas que publicam seus demonstrativos financeiros em IFRS na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE). Considerou-se que os seguintes fatores poderiam afetar a significância financeira dos passivos contingentes: (1) setor da empresa; (2) o sistema legal do país da empresa; e (3) os valores sociais do país da empresa, refletidos pela teoria de Gray (1988). Os autores verificaram que as companhias brasileiras tendem a evidenciar mais contingências que as demais, e que a maioria das contingências evidenciadas (67 %) são tributárias.

Costa, Correia, Machado e Lucena (2017) analisaram as diferenças identificadas nos passivos contingentes das firmas listadas na BM&FBovespa do Brasil e na Bolsa de Valores de Sidney, *Australian Securities Exchange* (ASX) da Austrália. Os resultados do estudo identificaram que a categoria do passivo contingente predominante é a tributária, que corresponde a 56 % do total de passivos contingentes evidenciados pelas companhias brasileiras. Já na Austrália são as garantias que correspondem quase à totalidade das contingências verificadas (98 %). Os autores chamaram a atenção para o fato de a aderência às informações descritas nas normas contábeis CPC 25 e AASB 137 serem tímidas (23%).

Rosa e Souza (2019) analisaram a representatividade e o nível de evidenciação

das provisões e passivos contingentes fiscais nas empresas brasileiras de capital aberto. Para verificarem a representatividade das provisões e passivos contingentes elaboraram duas proporções: (1) o quociente entre o total das provisões fiscais em relação ao total das provisões da companhia; e (2) o quociente entre o total das provisões fiscais em relação ao total exigível na companhia em análise da amostra. Perceberam que o grau de representatividade dos passivos contingentes fiscais é relativamente maior do que os provisionamentos fiscais. Os resultados indicaram também uma possível tendência de que, quanto mais expressivo for o prejuízo fiscal, menor é a sua evidenciação e transparência nas demonstrações contábeis das entidades analisadas.

Santos, Castilho e Gonzales (2017) identificaram o nível de evidenciação contábil ambiental das maiores empresas de geração de energia listadas na BM&FBovespa. Os estudos demonstraram que as empresas apresentam um nível moderadamente satisfatório de *disclosure* de passivos contingentes ambientais, mas ainda precisam melhorar o nível de apresentação.

Leal, Costa, Oliveira e Rebouças (2018) investigaram os fatores que influenciam a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas de alto impacto ambiental, sob a perspectiva das pressões institucionais, de acordo com a vertente da Nova Sociologia Institucional, New Institutional Sociology (NIS) da Teoria Institucional. Para tanto, eles analisaram as notas explicativas de 48 empresas pertencentes aos setores de atividades classificados como de alto potencial poluidor, listadas na BM&FBovespa, referentes aos exercícios de 2010 a 2013. O estudo constatou, por meio de análise de regressão com dados em painel, que a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas da amostra é influenciada pelas variáveis: tamanho da empresa, nível de governança, setor de atuação e participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Constatou, ainda, que empresas maiores tendem a apresentar maior nível de divulgação devido a características próprias do seu ambiente institucional, como o nível de pressão externa e a disponibilidade de recursos para tal divulgação.

Silva, Araújo e Santos (2018) analisaram a relação entre a rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A amostra da pesquisa foi formada por 38 empresas de ações negociadas na B3, as quais compunham o grupo de alto impacto poluidor, conforme a Lei nº 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. O resultado do estudo apresentou significância estatística entre a variável independente Rentabilidade (RENT) e o *disclosure*; porém, com um coeficiente negativo, ou seja, as empresas mais rentáveis não eram necessariamente aquelas que mais divulgavam informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais. No tocante a outras variáveis investigadas, tais como: Valor de Mercado e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foram significantes e negativas; Endividamento mostrou-se positiva e

Tamanho não apresentou significância.

O tema também tem se destacado no contexto governamental. Do Nascimento, Almeida e Viotto (2019) avaliaram o nível de aderência da NBC TSP 03 – provisões, ativos e passivos contingentes – por parte das capitais brasileiras, no período compreendido entre 2015 e 2017. Examinaram balanços patrimoniais, notas explicativas, Anexos de Riscos Fiscais (ARF), e solicitaram informações quanto à existência de controles contábeis e extracontábeis para o registro dos ativos e passivos contingentes. Os resultados indicam que, após a vigência da norma, a representatividade das provisões aumentou (de 15 % para 61 %) comparado aos passivos contingentes (1 % constante). Já a divulgação de informações dos três itens em notas explicativas foi considerada insatisfatória, sendo os ativos contingentes o mais deficitário.

Por fim, foram descortinados, também, estudos com abordagem quantitativa, comparando passivos contingentes com outras variáveis. Scarpin, Macohon, Dallabona (2014) analisaram se houve variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante das empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBovespa nos períodos de 2010 e 2011. Os resultados demonstraram diferenças estatísticas significativas da variabilidade dos quatro índices analisados. Apenas o grau de endividamento no ano de 2010 não apresentou variabilidade estatística significativa. O endividamento geral expressou menor correlação comparado aos demais, presumindo-se que não sofreu alterações significativas com a adição dos passivos contingentes. Perceberam, ainda, que a assimetria informacional é relevante no que concerne à ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no balanço patrimonial.

Ferreira e Rover (2019) identificaram características que influenciam a mudança na probabilidade de provisões e passivos contingentes de companhias brasileiras, o que, segundo os autores, tem sido amplamente observado em setores específicos que divulgam mais informações sobre provisões e passivos contingentes, a saber: petróleo, gás e biocombustíveis, consumo não cíclico e utilidade pública. Os dados consistiram em 6.194 observações, das quais 2.058 ações foram citadas em mais de um período, e houve 228 alterações na probabilidade de perda no período de 2010 a 2016. Foi aplicado um modelo de regressão com dados em painel, junto com 11 variáveis explicativas para a mudança na probabilidade de perda, que são divididas em duas perspectivas: (1) características das empresas; e (2) características dos processos judiciais. Os resultados indicaram que as empresas listadas como “Novo Mercado” respondem a processos ambientais, trabalhistas e cíveis relevantes em disputa, tanto com materialidade financeira quanto com expectativa de risco em caso de perda. Concluíram, também, que o tempo decorrido do processo tem maior probabilidade de afetar a mudança na expectativa de perda.

3 | METODOLOGIA

O presente estudo é classificado como documental, porque foi realizada com acesso a documentos públicos (demonstrações financeiras) disponibilizados no *site* da B3 (VERGARA, 2016).

A pesquisa constituiu-se no levantamento das notas explicativas das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado no mês de março de 2020, excluindo-se as do segmento financeiro, por meio da análise das demonstrações contábeis encerradas em 31 de março de 2020.

Em relação às dez maiores empresas da B3 em valor de mercado, foi excluída da amostra as empresas do setor financeiro por serem menos comparáveis com as empresas não financeiras, em virtude de possuírem especificidades em sua regulação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A escolha das companhias listadas na B3 justifica-se pelo fato de serem de capital aberto e, conseqüentemente, obrigadas a cumprir as deliberações dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo o CPC 25. Outro aspecto importante na escolha da amostra foi a disponibilidade das demonstrações contábeis e notas explicativas, documentos imprescindíveis para a coleta, análise e tratamento dos dados. Mesmo com a exclusão das empresas do segmento financeiro, a amostra foi composta por empresas de ramos de atividade bem distintos.

Descreve-se, na Tabela 1, os sujeitos desse estudo, a saber: as empresas analisadas, o local de sua sede, o valor de mercado em março de 2020 (em R\$ bilhões) e o ramo de atividade.

Empresa	Sede da empresa	Valor de mercado (R\$ bilhões)	Ramo de atividade
Vale	Rio de Janeiro/RJ	228,4	Mineração
Ambev	São Paulo/SP	187,6	Fabricação e distribuição de bebidas
Petrobras	Rio de Janeiro/RJ	183,6	Petróleo, gás e energia
Telefônica Brasil	São Paulo/SP	84,3	Telecomunicações
B3	São Paulo/SP	73,9	Gestão de mercados mobiliários
WEG	Jaraguá do Sul/SC	70,4	Máquinas, equipamentos e motores
Magazine Luiza	Franca/SP	63,3	Comércio varejista de bens duráveis

JBS	São Paulo/SP	55,5	Alimentos processados, carnes e derivados
Suzano	São Paulo/SP	48,7	Indústria e comércio de papel e celulose
Carrefour Brasil	São Paulo/SP	40,9	Comércio varejista e atacadista de mercadorias em geral

Tabela 1: Empresas analisadas na pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da B3.

Na coleta de dados, utilizou-se a análise do conteúdo das notas explicativas das demonstrações contábeis do primeiro trimestre de 2020.

Após a extração das informações das demonstrações financeiras das dez maiores empresas brasileiras listadas na B3 em valor de mercado, excluindo-se as do segmento financeiro, foi realizado o cotejamento entre o conteúdo das notas relativo aos ativos e aos passivos contingentes com os parâmetros estabelecidos na norma e na literatura contábil. Buscou-se identificar se a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes das principais companhias do Brasil está em conformidade com os parâmetros estabelecidos na norma contábil CPC 25.

Os parâmetros, a seguir enumerados, foram utilizados na análise da conformidade das informações sobre ativos e passivos contingentes, disponibilizadas nas notas explicativas das empresas pesquisadas nesse trabalho:

Em relação aos ativos contingentes: (1) É realizada a divulgação em seção específica e segregada dos passivos contingentes?; (2) Há breve descrição de sua natureza?; (3) É apresentada uma estimativa do seu efeito financeiro?; (4) Possuem informações quantitativas e/ou qualitativas que permitem ao usuário externo o entendimento completo e claro do conteúdo?; (5) Há indicações indevidas da probabilidade de surgirem ganhos (êxitos) que podem não se concretizar?; (6) São apresentados ativos contingentes com características de expectativa de ganho praticamente certo que ensejariam reconhecimento como ativos e não como ativos contingentes?

Quanto aos passivos contingentes: (1) É realizada a divulgação em seção específica e segregada dos ativos contingentes?; (2) Há breve descrição de sua natureza?; (3) É apresentada estimativa do seu efeito financeiro?; (4) Possuem informações quantitativas e/ou qualitativas que permitem ao usuário externo o entendimento completo e claro do conteúdo?; (5) Há indicações das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?; (6) São apresentados passivos contingentes, com expectativa de perda possível, que apresentam características de expectativa de perda provável e ensejariam registros como provisão de perda e impacto no resultado?

A análise dos dados foi segregada entre ativos e passivos contingentes, tendo em vista as diferenças nos parâmetros usados nos dois tipos de contingências e também o

número maior de estudos disponíveis na literatura sobre passivos contingentes, em relação aos ativos contingentes.

4 | RESULTADOS

A avaliação da aderência do conteúdo das notas explicativas, das dez maiores empresas listadas na B3, com os parâmetros estabelecidos nesse estudo para a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes, foi realizada com o parecer individual dos seis parâmetros de ativos contingentes e dos seis de passivos contingentes, enumerados na seção destinada à descrição da metodologia desse trabalho.

Como resultado da análise da conformidade às normas contábeis, conclui-se que as informações nas notas explicativas referentes aos passivos contingentes são mais completas e detalhadas do que aquelas relativas aos ativos contingentes. Isso se explica pelo fato da obrigatoriedade da constituição de provisão para as contingências passivas e também pela necessidade de divulgação em notas explicativas das contingências passivas classificadas com expectativa de perda possível. No caso dos ativos contingentes, a única exigência é a publicação em notas explicativas dos processos com expectativa de ganho (êxito) provável, o que reduz o escopo de divulgação nas demonstrações financeiras. Outro fator importante a ser considerado é que os ativos contingentes são menos estudados ou discutidos no âmbito das entidades, ao contrário da prática adotada para os passivos contingentes, em virtude da obrigatoriedade de reconhecimento das provisões e de divulgação dos passivos com expectativa de perda possível.

A pesquisa também evidenciou a ausência de informações sobre ativos contingentes em 30 % da amostra, o que representa três empresas no total de dez que foram objeto desse estudo. Se for considerada a estrutura organizacional dessas três empresas, integrantes das maiores do Brasil em valor de mercado, não foi possível aferir se a não divulgação dos ativos contingentes com expectativa de ganho provável nas notas explicativas resultou da deficiência na informação divulgada ao mercado ou se, de fato, não houve ativos contingentes passíveis de divulgação pela entidade no período analisado. Apenas 50 % das empresas divulgam de forma segregada os seus ativos e passivos contingentes nas notas explicativas.

Identificou-se que em uma empresa houve a divulgação de ativos contingentes nas notas explicativas que apresentam características de expectativa de ganho (êxito) praticamente certo que ensejariam registros como ativos, pelo valor total ou parcial. Não obstante, em relação aos passivos contingentes, não houve divulgação nas notas de itens com expectativa de perda possível que apresentam características de expectativa de perda provável e ensejariam registros como provisão de perda, com consequente repercussão no resultado.

Na análise global dos sessenta itens pesquisados referentes aos ativos

contingentes, observou-se que 58 % se evidenciam como totalmente aderentes às normas contábeis de divulgação das notas explicativas, 32 % parcialmente aderentes e 10 % requerem reformulação para que o conteúdo publicado esteja mais compreensível e/ou mais completo para o usuário da informação contábil.

Em relação aos passivos contingentes, observou-se (Tabela 2) que 83 % dos sessenta itens pesquisados se apresentam como totalmente aderentes às normas contábeis de divulgação das notas explicativas, 12 % parcialmente aderentes e apenas 5 % requerem reformulação para que o conteúdo publicado esteja mais compreensível e/ou mais completo para o usuário da informação contábil, corroborando o estudo de Portella *et al.* (2015).

Aderência ao CPC 25	Contingência Ativa	Contingência Passiva
Totalmente aderente	58%	83%
Parcialmente aderente	32%	12%
Não aderente	10%	5%
Total	100%	100%

Tabela 2: Resultado da aderência da pesquisa ao CPC 25

Fonte: Elaborado pelos autores.

Adicionalmente, foram enumerados os principais itens, incluindo pontos de melhoria que poderiam ter sido considerados nas notas explicativas das dez empresas estudadas na pesquisa, o que contribuiria para um entendimento mais adequado sobre seu conteúdo pelo usuário da informação contábil, auxiliando-o na análise e na tomada de decisões (investimento, concessão de crédito para capital de giro, liberação de empréstimos e financiamento, dentre outras).

Em relação à *Valle*, há um item específico nas notas explicativas, denominado “contencioso”, com a segregação em subitens, dentre os quais “ativos contingentes” e “passivos contingentes”.

Na seção “ativos contingentes”, no item “litígio tributário no Canadá”, menciona-se que o valor foi integralmente recebido pela empresa. Portanto, pode-se inferir que não se trata mais de ativo contingente, mas sim de ativo, o que deveria ter sido mencionado de forma mais clara ao final desse item. Nesse sentido, o valor do ativo deveria ter sido registrado com a consequente baixa do ativo contingente.

Em relação aos passivos contingentes, as informações são sucintas e não permitem identificar quais são os processos mais relevantes, pois há somente citação qualitativa por assunto ou família. A exceção se faz na nota sobre “contingências relacionadas ao acidente da Samarco”.

Quanto à *Ambev*, referente aos passivos contingentes, no item “glosa de créditos

de impostos pagos no exterior”, não foi explicada a motivação para a decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) no processo de 2010 e a motivação para as decisões desfavoráveis para os processos do mesmo assunto dos exercícios de 2015 e 2016, também do CARF.

Observa-se que na *Petrobras* não é feita a divulgação em seção específica de “ativos contingentes”, tal como se procedeu com os “passivos contingentes”, o que poderia facilitar o entendimento do usuário da informação contábil.

Na *Telefônica Brasil*, em relação aos ativos contingentes, a única citação quanto à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) se encontra em outra seção, denominada “impostos, taxas e contribuições a recuperar”. Não há, portanto, uma seção específica de “ativos contingentes”, da forma como são reportados os “passivos contingentes” nas notas explicativas.

Em relação aos passivos contingentes, o reporte é realizado em uma só seção contendo as provisões e as contingências passivas, o que dificulta a leitura e o entendimento dos valores provisionados (expectativa de perda provável) e dos valores passíveis de divulgação em nota explicativa (expectativa de perda possível). Adicionalmente, somente foram identificadas as indicações das incertezas referentes ao valor ou ao momento de ocorrência de qualquer saída em outra seção denominada “incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social”, mas não na seção de “passivos contingentes”.

No tocante à *B3*, a seção relativa aos “passivos contingentes” apresenta na divulgação das notas explicativas os principais processos com expectativa de perda remota, o que não é exigido pelo CPC 25. Em que pese o valor envolvido em tais processos com expectativa de perda remota, entende-se que a inclusão da informação aumenta demasiadamente o conteúdo da nota e agrega pouco valor ao usuário da informação contábil.

Já a *WEG* não cita nas notas explicativas nenhum ativo contingente da empresa, o que deixa dúvida, pelo porte da empresa, se não houve a divulgação dos ativos contingentes com expectativa de ganho provável ou se, de fato, não há ativos contingentes passíveis de divulgação pela entidade.

Na *Magazine Luiza*, na seção “ativos contingentes”, as informações sobre a valoração estão contidas em uma tabela de um outro item das notas explicativas, denominado “tributos a recuperar”, mas não constam na descrição específica do ativo contingente. Isso dificulta o entendimento pleno e completo do usuário da informação contábil nesse item específico.

Em relação aos passivos contingentes, não há detalhamento dos assuntos que são objeto de discussão no ramo tributário, classificados com expectativa de perda provável, provisionados pela entidade, não permitindo o entendimento do usuário da informação sobre as principais lides tributárias que impactam o resultado da empresa.

As notas explicativas da *JBS* não citam nenhum ativo contingente da empresa, o que deixa dúvida, pelo porte da empresa, se não houve a divulgação dos ativos contingentes

com expectativa de ganho provável ou se, de fato, não há ativos contingentes passíveis de divulgação pela entidade.

Na seção “passivos contingentes”, a empresa cita que “os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração”. Entende-se que a entidade está considerando os custos iniciais como sendo os valores iniciais (históricos) dos processos judiciais, quando se deveria considerar os valores atualizados com juros como a melhor estimativa de valoração a ser divulgada nas notas explicativas.

Na seção “ativos contingentes”, a *Suzano* apresenta a única citação do ativo contingente relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins em outra seção, denominada “tributos a recuperar”, não constando uma seção específica sobre ativo contingente. Isso dificulta o entendimento pleno e completo do usuário da informação contábil nesse item específico.

Quanto aos ativos contingentes, o *Carrefour Brasil* teceu comentários acerca do êxito com trânsito em julgado no processo movido pela entidade contra o estado de São Paulo, contestando a cobrança de juros em patamar superior à taxa Selic, mas a empresa não constituiu ativo antes da definição da valoração que será liquidada na sentença. Entende-se que a entidade poderia registrar parcialmente o ativo, mesmo que essa constituição fosse no limite inferior do *range* estimado do ganho. Haveria, dessa forma, parte do direito registrado como ativo e parte ainda classificado como ativo contingente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi avaliar se, após a análise de conformidade na divulgação em notas explicativas dos ativos contingentes e dos passivos contingentes em uma amostra de dez empresas listadas na B3, o conteúdo divulgado ao mercado equivale aos parâmetros estabelecidos nas normas contábeis, em especial o CPC 25.

A divulgação das notas explicativas nos parâmetros recomendados pelo CPC 25 permite aos usuários da informação contábil, principalmente os externos, que não tem acesso aos estudos e reportes internos da administração, uma visão mais completa da situação econômica e financeira da entidade, permitindo a tomada de decisão qualificada para investimentos, concessão de financiamentos, aportes de capital, aprovação de vendas de bens e produtos para a empresa, dentre outras.

A partir da análise do conteúdo das notas explicativas, do resultado da investigação e do cotejamento dos dados dessas empresas com os parâmetros estabelecidos na norma e literatura contábeis, revelou-se que, majoritariamente, a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes das empresas pesquisadas está aderente às normas contábeis vigentes no país, em especial ao CPC 25. A análise de aderência evidenciou que 58 % dos ativos contingentes e 83 % dos passivos contingentes estão totalmente conformes

com as normas contábeis, obedecendo-se aos princípios do *full disclosure*, transparência e completude das informações disponibilizadas aos *stakeholders* da entidade, visando subsidiar a tomada de decisões estratégicas por parte destes.

O estudo também evidenciou a necessidade de melhoria na qualidade e na completude das informações relativas aos ativos contingentes nas notas explicativas, pois as informações não são apresentadas em 30 % da amostra da pesquisa ou, em outros 30%, são apresentadas de forma sucinta ou em outro item das notas não específico sobre ativos contingentes. Apenas 50 % das empresas divulgam de forma segregada os seus ativos e passivos contingentes nas notas explicativas.

Identificou-se que em uma empresa houve a divulgação de ativos contingentes nas notas explicativas que apresentam características de expectativa de ganho (êxito) praticamente certo que ensejariam registros como ativos, pelo valor total ou parcial. Não obstante, em relação aos passivos contingentes, não houve divulgação nas notas de um item com expectativa de perda possível que apresenta características de expectativa de perda provável e ensejaria registro como provisão de perda, com consequente repercussão no resultado.

Nesse sentido, há possibilidade de essa pesquisa evoluir para obtenção das informações diretamente das empresas sobre os pontos de melhoria sugeridos no item anterior, seja por meio de entrevistas ou de questionários, o que possibilitará compreender a argumentação dessas entidades sobre os pontos em questão e contribuir para a melhoria da qualidade das informações sobre ativos e passivos contingentes divulgados nas notas explicativas das principais empresas do país.

Por fim, futuros estudos poderão abordar aspectos quantitativos, especialmente comparando estudos nacionais e internacionais acerca de fenômenos envolvendo reconhecimento, mensuração e avaliação de ativos e de passivos contingentes.

REFERÊNCIAS

B3. **Empresas listadas.** São Paulo. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BALDOINO, E.; BORBA, J. A. **Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras.** Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/36UDW38>. Acesso em: 15 abr. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico. CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2MKYtQR>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília, DF. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

COSTA, I. L. S.; CORREIA, T. S.; MACHADO, M. R.; LUCENA, W. G. L. **Disclosure dos passivos contingentes: análise comparativa entre empresas de mercado aberto no Brasil e na Austrália**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 19, n. 69, p. 54-66, 2017.

EUGÊNIO, Teresa C. P. **Provisões, passivos contingentes e activos contingentes: que desafios na sua contabilização?** Revista Portuguesa de Contabilidade, Porto, v. 2, n. 5, 2012.

FERREIRA, J. S.; ROVER, S. **Uma análise dos processos relevantes de empresas brasileiras: características que afetam a mudança na probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes**. Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto, v. 13, 2019.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS). **About the International Accounting Standards Board**. London. Disponível em: <https://bit.ly/3pWK7Lz>. Acesso em: 19 mar. 2020.

JESUS, S. S.; SOUZA, M. M. **Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four**. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2016.

LEAL, P. H.; COSTA, B. M. N.; OLIVEIRA, M. C.; REBOUÇAS, S. M. D. P. **Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional**. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 37 n. 3, p. 37-54, 2018.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, B. R. T.; MENEZES JUNIOR, C. B.; RODRIGUES, J. M. **Precedentes judiciais vinculantes e a evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**. Revista Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, v. 16, n. 1, p. 27-52, 2019.

NASCIMENTO, R. S.; ALMEIDA, F. S.; VIOTTO, R. **Avaliação do nível de aderência da NBC TSP 03 (provisões, ativos e passivos contingentes) em face da convergência internacional da contabilidade pública brasileira**. Revista Controle: Doutrina e Artigos, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 148-176, 2019.

OLIVEIRA, J. **O relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português**. Contabilidade e Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management, [S. l.], n. 4, p. 19-66, 2007.

OLIVEIRA, R. B.; CAMELO, A. C. O.; DACIÊ, F. P.; ANZILAGO, M. **Análise do disclosure das provisões e dos passivos contingentes: um estudo de caso das empresas aéreas listadas na B3 em relação aderência ao CPC 25**. Revista Ambiente Contábil: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 12, n. 2, p. 1-24, 2020.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2016.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS, US Gaap e Br Gaap: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

PINTO, A. F. et al. **Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 54-65, 2014.

PORTELLA, A. R.; OLIVEIRA, M. C.; ELIAS, T. M.; LORANDI, J. A. **Passivos contingentes: um estudo nas maiores companhias abertas do estado de Santa Catarina, Brazil**. Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 1-20, 2015.

ROSA, B. B.; SOUZA, M. M. **Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras**. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep, Piracicaba, v. 6, n. 1, p. 16-33, 2019.

SANTOS, D. Z.; CASTILHO, D.; GONZALES, A. **Avaliação do nível de disclosure de passivos ambientais contingentes pelas principais empresas do setor elétrico entre 2010 e 2014**. Revista Científica Hermes, Osasco, v. 19, p. 585-609, 2017.

SCARPIN, J. E.; MACOHON, E. R.; DALLABONA, L. F. **Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBovespa**. Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto, v. 8, n. 22, p. 3-14, 2014.

SILVA, A. F. P.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. **Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, [S. l.], v. 17, n. 52, 2018.

SILVA, T. S.; CARRARO, W. B. W. H.; SILVA, L. M. **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia**. Revista ConTexto, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 89-103, 2014.

SUAVE, R. et al. **Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa**. Revista da UNIFEBE, Brusque, v. 1, n. 11, 2013.

VERGARA, S. H. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agência compartilhada 243, 251, 252, 253, 254, 255, 256

Análise econômica 185, 193

Análise financeira 185, 193, 203, 204

Atendimento 41, 42, 102, 103, 104, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 122, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 183, 243, 244, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 273, 277, 281, 283, 284

Ativos contingentes 205, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

B

Biomimética 151, 152, 153, 154, 155, 156, 169, 170, 171, 172

C

Cadeia de suprimentos 223, 224, 236, 237, 239, 240, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 283, 284, 285, 286

Cadeias produtivas 221, 229, 230

Cafés especiais 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

CCT 151, 152, 170, 171

Centros automotivos 119, 120

Compliance 205

Comportamento do consumidor 101, 138

Consumo cíclico 185, 186, 187, 192, 193, 196, 198, 200, 201, 203

Cooperativismo financeiro 243, 257

Correlação 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 93, 98, 113, 211

Covid 14, 173, 174, 179, 180, 181, 183

D

Desenvolvimento 2, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 93, 104, 105, 106, 108, 111, 115, 117, 118, 122, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 152, 154, 161, 170, 172, 173, 176, 184, 187, 189, 219, 222, 224, 228, 230, 236, 237, 239, 240, 245, 246, 247, 253, 256, 257, 260, 262, 263, 271, 275

Distribuidora 272, 273, 274, 275, 282, 283

Divulgação 27, 108, 169, 181, 183, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 263, 268

E

Economia colaborativa 243, 244

Ecossistemas 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 64, 161

Ecossistema universitário empreendedor 51, 53

Empreendedorismo 1, 2, 3, 4, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 68, 84, 116, 259, 260, 270, 271

Estratégia 30, 31, 32, 36, 37, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 81, 102, 103, 110, 114, 122, 136, 149, 182, 183, 227, 240, 260, 262, 263, 270, 276

Estudantes 1, 3, 4, 5, 7, 11, 13, 16, 17, 19, 20, 22, 26, 27, 28, 53, 55, 57, 58, 62, 138, 141

F

Fatores 2, 14, 17, 19, 22, 45, 52, 53, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 89, 93, 98, 109, 119, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 154, 194, 200, 208, 209, 210, 223, 224, 228, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 249, 265, 270, 275, 283

Fidelização 102, 103, 104, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 139, 149, 200, 232, 276, 283

Formação 4, 19, 34, 37, 43, 58, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 95, 176, 246

Fracasso 44, 46, 65, 66, 67, 69, 70, 72, 74, 79, 81, 82, 83, 175, 270

G

GAPS 86, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 135, 136

Geração Y 138, 140, 141, 143, 145, 148, 149

Geração Z 138, 140, 141, 143, 145, 148, 149, 150

I

Indústria 41, 42, 55, 101, 173, 174, 175, 176, 184, 186, 213, 227, 233

Inovação 2, 18, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 42, 45, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 75, 81, 83, 120, 121, 153, 238, 240, 271

Intenção empreendedora 2, 15, 17, 18, 21, 28

Intercooperação 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 254, 255, 256, 257

L

Logística 226, 259, 260, 262, 263, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 282, 283, 284, 285, 286

M

Marcas 38, 151, 152, 155, 169, 170, 171, 175, 187, 264, 268

Marketing 15, 16, 36, 50, 59, 61, 62, 85, 86, 87, 89, 90, 101, 104, 110, 112, 116, 117, 118, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 147, 149, 150, 152, 153, 156, 169, 170, 171, 172, 181, 184,

227, 241, 242, 267, 274

Mercados sustentáveis 221

Motivação empreendedora 17, 20, 21, 22, 27

N

Negócio 4, 20, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 66, 67, 68, 69, 70, 86, 103, 112, 116, 177, 190, 202, 203, 236, 258, 260, 265, 267, 270, 273, 284, 285

Notas explicativas 188, 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

P

Palavras-chave 1, 17, 30, 51, 65, 85, 102, 119, 138, 151, 185, 205, 221, 243, 259, 272

Parques ecológicos 151

Passivos contingentes 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Percepção do consumidor 85

Planejamento 30, 31, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 67, 70, 102, 241, 258, 259, 260, 261, 270, 274

Plano de negócios 43, 59, 258, 259, 260, 265, 270, 285

Pomicultura 221, 224

Pós 28, 51, 57, 63, 94, 96, 97, 98, 111, 117, 140, 170, 171, 173, 174, 179, 182, 224, 242, 271

Potencial empreendedor 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 29

Q

Qualidade 5, 22, 36, 41, 42, 53, 55, 70, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 148, 157, 175, 180, 181, 182, 218, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 249, 256, 259, 262, 264, 273, 275, 282

Qualidade em serviços 119, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 136

R

Responsabilidade socioambiental empresarial 138, 140, 141, 150

S

Saudável 226, 258, 259, 263, 264, 266, 267, 268

Semiótica peirciana 151, 156

Startups 36, 38, 53, 54, 58, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Sucesso 4, 5, 6, 18, 20, 21, 22, 26, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 48, 53, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 103, 104, 115, 179, 236, 260, 261, 270, 275, 276, 277, 284, 285

Suprimentos hospitalares 272, 273, 274, 275, 277, 284, 286

U

Universidade 15, 17, 27, 28, 30, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 83, 85, 86, 90, 92, 100, 101, 116, 117, 118, 119, 136, 138, 150, 155, 171, 173, 185, 205, 207, 219, 257, 271, 286, 287

V

Valores pessoais 1, 2, 3, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16

ADMINISTRAÇÃO:

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E
FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



facebook.com/atenaeditora.com.br

ADMINISTRAÇÃO:

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E
FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



facebook.com/atenaeditora.com.br